

Que método Marx ocultou?

HELMUT REICHELT*

O fato de que Karl Marx mudou a sua concepção sobre o modo de apresentação de *O capital* no correr do tempo é conhecido o suficiente para ser novamente aqui demonstrado.¹ Mas, com todas as “mudanças de plano” constatadas, uma questão está fora de dúvida: deve ser uma sistemática, na expressão de Theodor W. Adorno, “achegada” ao seu objeto.² E esse objeto é a dinâmica do sistema real. Apenas tendo isso como pano de fundo é que faz sentido travar uma discussão sobre o modo de apresentação, sobre o método dialético e sobre a fórmula gasta de que o método não importa se descolado de seu conteúdo. Frequentemente se enfatiza que algumas manifestações de Marx sobre a dialética e sobre o método não contribuem de maneira suficiente para decifrar essa relação complexa. Adorno suspeita até que “o dialético Marx não dispõe de uma concepção inteiramente desenvolvida da dialética, com a qual ele pensa apenas flertar” (Adorno, 1972, p.306).

Mas de fato é só isso? Quando Marx se pronuncia em *O capital* sobre o seu método de apresentação, sempre tem em vista esse “movimento efetivo”, o “vínculo interno” das “diferentes formas de desenvolvimento”; e acentua: caso

* Professor emérito de Teoria Sociológica na Universidade de Bremen e presidente de Sociedade Marx na Alemanha (www.marx-gesellschaft.de). Publicado originalmente em Helmut Reichelt, *Neue Marx-Lektüre: Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburgo: VSA, 2008. A tradução é de Luciano C. Martorano; a revisão técnica, de Jorge Grespan.

1 Sobre isso, consultar o capítulo 5, “Die Architektur der Kritik der politischen Ökonomie”, especialmente a parte 3 (Heinrich, 1999, p.179 et seq.).

2 O trecho é: “Quem quiser se achegar (*anschmiegt*) à estrutura ao seu objeto, pensando-o em seu movimento, não dispõe de nenhum procedimento independente desse” (Adorno, 1972, p.322).

consiga-se “apresentá-lo de forma correspondente” e “refletir de modo ideal a vida da matéria”, terá que ser sob uma figura sistemática, de modo que pareça “tratar-se de uma construção *a priori*” (Marx, 1872, p.27). O sistema apresentado deve corresponder à dinâmica real, “refleti-la”. Mas como esse “reflexo ideal”, a “vida da matéria” aparece em cada caso, é algo ainda não esclarecido. E o próprio Marx contribuiu de modo significativo para desviar o acesso ao método e à sua relação com os processos reais. Já foi assinalada a supressão de um importante parágrafo no final da análise sobre a forma de valor; o mesmo ocorreu com uma frase de conexão no capítulo sobre a acumulação, que ainda se encontra na primeira edição do Livro I: “O desenvolvimento da apresentação levará mais tarde, por sua própria dialética, àquelas formas mais concretas”.³ Outros exemplos poderiam ser acrescentados, o que nos anos 1980 motivou Gerhard Göhler (1980) a chamar a atenção para tais “reduções”, como indica o próprio título de sua discussão sobre o método marxiano. O leitor que acompanhou tal temática e também consultou a correspondência entre Marx e Friedrich Engels encontrará ainda mais coisas. A continuação planejada por Marx de *Para a crítica da economia política*, de 1859 – a segunda parte que ele tinha em vista – deveria ser “muito mais popular e o método [estar] muito mais oculto do que na primeira parte”, escreve Marx a Engels.⁴ Em outras palavras: mesmo na própria edição da crítica das categorias feita sob os seus cuidados, em 1859, o método encontra-se “oculto”, de tal maneira que o leitor tem de recorrer ao volumoso *Rohentwurf*⁵ de *O capital*, precisamente o texto original de *Para a crítica da economia política*.

Ali se supõe ao menos que o método não esteja “oculto”. A própria linguagem em que o *Rohentwurf* foi redigido mostra a sua grande proximidade com a filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Marx indica expressamente “a grande ajuda” que a lógica hegeliana teria “proporcionado” a ele no “método de elaboração”.⁶ Trata-se de uma “dialética necessária” (Marx, 1857/58, p.421 e p.250), e do desenvolvimento de “mudanças dialéticas” (ibidem, p.370). As categorias centrais da lógica hegeliana – ser, aparência, essência – surgem de novo no contexto de seu desenvolvimento das categorias econômicas, resumido na apresentação do “capital em geral” (ibidem, p.231), que deve ser diferenciado do “conceito simples de capital” (ibidem, p.327). E esse desenvolvimento do conceito de capital consegue

3 Na frase precedente lê-se: “Por isso, a sua análise pura exige que sejam provisoriamente desconsiderados todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 1867, p.457).

4 Segue a citação completa: “Meu texto caminha, mas lentamente. De fato, não foi possível finalizar tais questões teóricas nessa situação. Ele terá uma forma mais popular e o método estará muito mais oculto do que na primeira parte”, carta a Engels de 9 de dezembro de 1861 (Marx, 1861, p.207). A primeira parte é o texto de 1859, *Para a crítica da economia política*. Nessa época, Marx ainda buscava uma outra forma para publicar o conjunto de sua crítica.

5 Os *Grundrisse*. (N. R.)

6 Em carta a Engels de 16 de janeiro de 1858, ele escreve: “No método de elaboração me ajudou bastante o fato de que, *by mere accident*, Freiligrath encontrou alguns volumes da obra de Hegel que pertenceram antes a Bakunin e me enviou-os como presente, e eu folheeí novamente a sua *Lógica*” (Marx, 1858, p.260).

algo que apenas parecia possível ao conceito hegeliano – a reconstituição teórica da dinâmica imanente do sistema objetivo que se expande até as possibilidades assinaladas de sua superação prática: “O desenvolvimento preciso do conceito de capital – conceito fundamental da economia moderna – exige, a exemplo do próprio capital, do qual ele é o conceito abstrato contraposto, o alicerce da sociedade burguesa. Da concepção nítida dos pressupostos fundamentais da relação devem resultar todas as contradições da produção burguesa, assim como a fronteira a partir da qual ela é ultrapassada” (ibidem, p.250). Na metáfora de Hegel, tal como a planta desenvolve-se a partir da semente, assim também a lei do capital se desenvolve a partir de determinações simples, chegando até a sua superação imanente. Nesse conceito simples de capital “devem estar contidas em si todas as suas tendências civilizatórias etc.; e não aparecer, como ocorre na economia de agora, simplesmente como consequências externas. Do mesmo modo, devem-se demonstrar as contradições mais tarde liberadas como já presentes nele de forma latente” (ibidem, p.327).⁷ A exigência não poderia ser maior: mesmo o desenvolvimento da maquinaria deve ocorrer no contexto dessa imanência. “Desenvolver a introdução da maquinaria a partir da concorrência e da lei, deduzida dela, da redução dos custos de produção, é fácil. Trata-se de desenvolvê-la a partir da relação do capital com o trabalho vivo, desconsiderando outro capital” (ibidem, p.668). Marx postula ter reproduzido a dinâmica interna desse processo objetivo nesse conceito de capital, o que possibilitaria conceber a criação de novas relações sociais na sua lógica objetiva de desenvolvimento.

Se no sistema burguês completamente desenvolvido cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômica burguesa, portanto, cada posto é ao mesmo tempo pressuposto, isso também ocorre em todo sistema orgânico. Esse mesmo sistema orgânico, enquanto totalidade, tem seus pressupostos, e o seu desenvolvimento até essa totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade, ou então em criar a partir de si os órgãos que ainda faltam. Desse modo, ele chega historicamente à totalidade. O vir-a-ser (*das Werden*) até essa totalidade forma um momento do seu processo, do seu desenvolvimento. (ibidem, p.203)

⁷ Ver também no mesmo volume, na página 231: “É o capital em geral, quer dizer, a condensação de determinações, que diferencia o valor enquanto capital de si enquanto mero valor ou dinheiro [...] Mas não se trata ainda nem de uma forma *particular* de capital, nem do *capital singular* diferente de outros capitais singulares etc. Nós presenciamos o seu processo de surgimento. Esse processo dialético de surgimento é apenas a expressão ideal do movimento real pelo qual surge o capital. As relações posteriores devem ser consideradas como desenvolvimento desse embrião. Mas é preciso fixar a forma determinada sob a qual, em certo ponto, isso é posto. Do contrário, haverá confusão”. E, na página 316: “Essa contínua desvalorização do capital *existente* não pertence a essa parte; pois ela já pressupõe o capital pronto. Ela deve ser anotada aqui apenas para indicar como o que vem depois já está presente no conceito geral de capital. Ele pertence à doutrina da concentração e concorrência de capitais” (Marx, 1857/58, p.231 e p.316).

Marx desenvolve esses raciocínios ao longo da apresentação da “posição da propriedade da terra pelo capital” (ibidem, p.204), que ele repete em curtas palavras nas “*short outlines*” de sua carta a Engels em 2 de abril de 1858, à qual este replica que “ainda não vê claramente a passagem dialética da propriedade da terra para o trabalho assalariado” (Marx e Engels, 1858, p.319). Pode-se pensar que qualquer hegeliano se sentiria desafiado a expor à luz do dia esse “ocultamento” do método, e a ver de maneira provavelmente mais clara do que Engels, dada a enorme afinidade existente entre o conceito de capital de Marx e a lógica de Hegel. Mas apesar do muito empenho, o resultado obtido nessa direção foi magro. A razão disso deve estar no próprio texto completo de Marx: nem no *Rohentwurf*, apesar da clareza incontestável de suas afirmações, o acesso ao modo de apresentação está simplesmente aberto.⁸

Não é preciso acentuar que aí se trata de mais do que mero “flerte” com o modo de expressão de Hegel (Marx, 1872, p.27). Mas no que consiste esse “mais”? Marx diferencia a realidade do capital de seu conceito; esse é chamado por ele no *Rohentwurf* de “a imagem contraposta abstrata” (Marx, 1857/58, p.250) e, mais tarde, de um “espelhamento ideal”; mas então é só isso? Deixando de lado os problemas epistemológicos ligados à ideia de reflexo, está de qualquer modo subentendida uma espécie de cópia da realidade objetiva à qual o método se “achega”. Entretanto, o problema se torna ainda mais agudo quando recorre-se a uma passagem do Livro III de *O capital*, certamente escrita por Marx antes da publicação do Livro I: “Nessa investigação geral sempre se pressupõe que as relações reais correspondem ao seu conceito, ou, o que dá no mesmo, as relações reais somente são apresentadas na medida que expressam o seu próprio tipo geral” (Marx, 1894, p.152). A relação parece até se inverter. Assim como Hegel julga um Estado conforme ele corresponda ou não ao seu conceito, também o capital parece estruturar a realidade em uma lógica objetiva própria, conforme também ela – assim como em Hegel – possa corresponder ou não ao seu conceito.⁹ E isso não apenas no que se refere ao conceito de capital, pois já antes, no desen-

8 Sobre isso consultar Bidet (2005, p.2), que confronta as interpretações de Arthur e Sekine (1983 e 1997). Comparando-se, ficam claros o paralelismo exterior e a arbitrariedade a que estão submetidas as categorias da lógica hegeliana nos primeiros passos do modo de apresentação do capital. De forma parecida, também em Meaney (2002). Como a questão da influência da lógica de Hegel sobre Marx não pode ser deixada de lado, é fácil fazer o paralelo entre as brilhantes formulações de Marx e os respectivos trechos da *Lógica*. Mas o que não se tematiza é como a *Lógica* de Hegel contribui para a resolução de problemas de economia interna. Já o comentário marxista da *Lógica* de Hegel por Horst Friedrich (ainda amplamente no horizonte do marxismo ortodoxo), se concentra numa paráfrase das categorias centrais da *Lógica da Essência*, que depois deve ser reencontrada na passagem do *Rohentwurf* da circulação simples para a intermediada; pois “afinal, o processo de pensamento [é] (apenas um) reflexo dos processos materiais, mediado pela práxis na mente humana” (Friedrich, 2000, p.18).

9 Como se vê, Marx já oscila e modifica a sua terminologia. A intenção é a mesma, e ainda que esse “tipo geral” não possa ser mal-entendido no sentido weberiano, já expressa uma mudança; em certo sentido, uma transição para a ideia de “média ideal”.

volvimento do conceito de dinheiro, encontramos essa relação entre conceito e coisa. Marx conclui então o desenvolvimento das funções do dinheiro – ainda na segunda edição do primeiro volume – com a “figura autônoma do valor”, o dinheiro mundial, que em “seu modo de existência [...] se torna adequado ao seu conceito” (Marx, 1872, p.156).

Em vão busca-se em Marx o esclarecimento sobre a razão objetiva de tal procedimento. Depois de sua crítica de juventude a Hegel, essa referência positiva à lógica hegeliana surpreende e, em certo sentido, parece ter ocorrido de uma hora para a outra. Certamente, Marx não só “folheou” a *Lógica* de Hegel, como ele escreveu na carta a Engels mencionada anteriormente. Pois, após essa leitura, ele foi acometido pelo “grande desejo de tornar acessível, em dois ou três pregos de imprensa, ao entendimento humano comum, o *racional* no método que Hegel descobriu, mas ao mesmo mistificou” (Marx, 1858, p.260). Marx abrigava, porém, a dúvida se “restaria ainda tempo para tais trabalhos”, no que estava certo. Daí não se encontrar nele qualquer orientação; o leitor está entregue a si mesmo.

Marx ficou inicialmente fascinado pela tentativa de continuar o processo de pensamento presente no *Rohentwurf* e de perceber como a dialética desenvolve-se nas novas determinações. Mas logo se pergunta como é possível praticar com maestria esse método sem ter definido de forma mais precisa o valor objetivo que está na sua base? Um primeiro capítulo sobre o valor não foi redigido;¹⁰ Marx começa de imediato com o dinheiro. E, do ponto-de-vista metodológico, o desenvolvimento da forma dinheiro é tudo menos satisfatório. Mencionou-se anteriormente a declaração autocrítica de Marx. Estamos diante de um enigma, portanto, que se apresenta na literatura sobre o autor como curiosidade: até agora, não há nenhuma discussão séria sobre a dialética marxiana no *Rohentwurf*, nem se sabe o que é aí o método dialético, embora ele não esteja “oculto”; mas assim que se debate explicitamente sobre a dialética associada às categorias econômicas – e exemplos são mencionados, sobretudo na “infindável história” sobre a “relação entre o lógico e o histórico” –, a referência é o primeiro capítulo de *O capital*: o desdobramento da forma simples do valor, passando pela desenvolvida até chegar à forma geral, é tido simplesmente como paradigma da dialética; um construto apenas possível sobre a base de um conceito naturalista de valor. Como vimos, trata-se meramente de uma relação de correspondência entre a forma de aparecimento e o conceito de valor, na qual o este é pressuposto em sua generalidade e se desenvolve por meio de duas formas fenomênicas “defeituosas” até a forma equivalente geral, que “em sua generalidade corresponde ao conceito de valor”.

Pergunta-se: como é possível desenvolver uma dialética das categorias sem ter precisado um conceito objetivo de valor? E inversamente, em que esse conceito de valor se apoia, o método é ocultado, ou seja, é apresentado de um modo (no

10 Ver a carta de Marx a Engels de 29 de novembro de 1858 (Marx, 1858, p.372).

primeiro capítulo) que nada tem em comum com o procedimento praticado por Marx no *Rohentwurf*.

A resposta afirma: Marx postula esse valor objetivo sem poder melhor fundamentá-lo – o “tempo de trabalho materializado” está na base da “permutabilidade definida quantitativamente”. Mas o método dialético não se refere ao problema de como “o trabalho assume aquela forma”, e sim começa com as determinidades formais da circulação simples e supõe com isso já o “tempo geral de trabalho” como “conteúdo dessas formas”.¹¹ E ele não pode ser entendido como uma espécie de meio técnico de apresentação por cujo recurso as categorias econômicas poderiam ser desenvolvidas; em sua lógica de apresentação, ele é muito mais idêntico à lógica de desenvolvimento do capital, pressuposta por Marx, identificada por ele com o próprio motor de desenvolvimento das forças produtivas. Esse desenvolvimento das forças produtivas, segundo Marx, chega a um auge em que não pode mais ser estruturalmente sobrepujado. E ele está seguro de que a contradição final entre as forças produtivas e as relações de produção desembocará, no mais curto prazo, na revolução proletária: “Eu atravesso a noite trabalhando como um louco na compilação dos meus estudos econômicos, para ter claro pelo menos os fundamentos (*Grundrisse*) antes do *déluge*”¹² (ibidem, p.225). Em uma carta redigida um pouco depois a Ferdinand Lassalle, Marx manifesta o receio de que a revolução aconteça sem que a sua teoria tenha atingido as massas – porque ele ainda está trabalhando em sua transcrição. “*After all*,¹³ depois de quinze anos de estudo, agora que sinto ter a coisa na mão, movimentos tempestuosos provavelmente vão interferir de fora. *Never mind*.¹⁴ Se eu ficar pronto tarde demais para ainda encontrar o mundo atento a tais coisas, o erro será claramente *my own*”¹⁵ (ibidem, p.551).

Sem esse ponto culminante previsto, não se pode reconstituir a estrutura de apresentação do *Rohentwurf*. Marx se vê enquanto teórico que acredita em tal zênite histórico mundial, para quem se abre a percepção do percurso estrutural da história precedente da humanidade como uma forma invertida, alienada e que, ao mesmo tempo, por isso olha para frente, para uma sociedade que recém se emancipa de todas as formas de inversão, de autonomização e das falsas figuras da unidade social.

Essa consciência foi formulada explicitamente também nos *Manuscritos de Paris*: “Só no ponto culminante final do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela seu segredo; a saber, que por um lado ela é o *produto* de trabalho alienado; e segundo, que ela é o *meio* pelo qual o trabalho se aliena, a

11 Ao contrário da posterior substituição de um conceito de valor pela representação do valor como “gelatina e cristalização”, a expressão “tempo geral de trabalho” ainda deixa o caminho livre para uma concepção dialética.

12 Em francês no original de Marx: dilúvio. (N. T.)

13 Em inglês no original de Marx: depois de tudo. (N. T.)

14 Idem: Não importa. (N. T.)

15 Idem: só meu. (N. T.)

realização da alienação”¹⁶ (Marx, 1844, p.520). Por isso, Marx concebe a sua própria crítica da economia como a última figura teórica possível dessa ciência. “Mas devemos considerar como um verdadeiro progresso o fato de nós termos adquirido, desde o começo, uma consciência superior tanto da limitação quanto da meta do movimento histórico” (ibidem, p.553). E Marx está seguro de que o processo assim concebido pela primeira vez por ele transcorrerá tal como o imagina. “Para superar o *pensamento* da propriedade privada, basta inteiramente o pensamento do comunismo *pensado*. Para superar a propriedade privada real, uma *verdadeira* ação comunista. A história a gestará, e aquele movimento que nós já sabemos superar-se a si mesmo no pensamento, descreverá na realidade um processo brusco e extenso” (ibidem, p.533).

Com a revolução pela frente, Marx acredita ter diante de si senão o começo, pelo menos uma etapa decisiva desse “processo brusco e extenso”. Nos *Grundrisse*, ele define melhor pela primeira vez o programa indicado nos *Manuscritos de Paris*, junto ao desenvolvimento das categorias econômicas.

Vamos dar uma rápida olhada nesse texto. Ele permanece opaco, caso o uso por Marx da expressão propriedade privada seja entendido exclusivamente no seu sentido jurídico. O que poderia querer dizer então movimento e desenvolvimento da propriedade privada, e já mesmo ponto culminante? Marx confere a essa expressão um significado bem mais amplo: a relação de produção burguesa, o “trabalho alienado” que se objetiva em todas as categorias da economia, e assim sendo ao mesmo tempo o meio que leva adiante essa “alienação” – até chegar a esse “ponto culminante final”. No trecho sobre o “trabalho alienado”, esse ponto culminante foi apresentado por Marx bem mais como um construto submetido ao teorema dialético segundo o qual o desenvolvimento sempre abre caminho pelos extremos. Nesse caso, trata-se de uma configuração da propriedade privada que, em sua forma alienada, não pode ser estruturalmente ultrapassada, devendo ser rejeitada como um todo: desprovido de objetividade (*Objektivlos*), o apenas trabalhador tem diante de si o produto gerado por ele mesmo, enquanto propriedade de uma classe de não trabalhadores – de um lado, um empobrecimento que não pode mais ser ultrapassado; de outro lado, como complemento, uma riqueza gigantesca. Um desenvolvimento ulterior dentro dessa estrutura alienada é impensável para Marx.

Em sua descrição desse “desenvolvimento da propriedade privada”, Marx tem em vista as representações dos economistas tal como as extrai dos *Éléments d'Économie Politique* de James Mill (1823). Na “forma primária” da troca, só excedentes são trocados e, nessa época, o trabalho era a “*fonte de subsistência* direta, mas ao mesmo tempo também a ocupação de sua *existência individual* [do trabalhador]. Por meio da troca, seu trabalho tornou-se em parte *fonte de aquisição*. Sua finalidade e sua existência se diferenciam. Ao tornar-se valor, valor de troca, equivalente, o produto deixa de ser produzido por causa de sua relação

16 Veremos mais à frente a origem dessa figura de pensamento sobre o ponto culminante.

pessoal direta com o produtor” (Marx, 1844, p.454). Esse é o pecado original da propriedade privada, mas pelo modo como se dá o desenvolvimento nos escritos seguintes, é algo que apenas pode ser formulado como programa. No manuscrito sobre o “trabalho alienado”, afirma-se: “Temos de conceber agora o nexó essencial entre a propriedade privada, a cobiça, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, da troca e concorrência [...] de toda essa alienação, com o sistema monetário” (ibidem, p.511). Por meio desse desenvolvimento, cresce a riqueza e surge também uma ciência que busca as suas causas. Como essa riqueza se apresenta de forma alienada, como dinheiro e capital, lucro, juros e renda, a reflexão científica passa a buscar as suas fontes para entendê-la, chegando a resultados diferentes conforme cada “estágio de desenvolvimento da propriedade privada”. No mercantilismo é o comércio exterior; os fisiocratas remetem o *produit net* às forças da natureza; somente Adam Smith concebe o trabalho e a divisão do trabalho como a fonte própria de toda a riqueza e das crescentes “forças produtivas” da sociedade. Marx nota, no entanto, uma grave insuficiência mesmo nas últimas obras da teoria econômica: elas passam ao largo da forma de alienação e, em razão disso, identificam a forma alienada da riqueza com ela própria. “A economia política parte do fato da propriedade privada. Ela não a explica [...] não nos oferece nenhuma explicação sobre a razão da divisão entre trabalho e capital, entre o capital e a terra [...] Ela pressupõe o que deveria desenvolver” (ibidem, p.510). A teoria é por isso afirmativa e não concebe essas relações em conjunto como um “mundo de alienação”; mas para que isso aconteça, essas mesmas relações já devem ter se desenvolvido até o “ponto culminante final”. A teoria é então simultaneamente crítica, é a última figura possível da teoria, que concebe a si mesma como superação e que desaparece também com a superação prática das condições materiais de sua existência.

Essas ideias definem também a elaboração do *Rohentwurf*. De fato, agora não é mais “o trabalhador” que troca excedente e cujo trabalho torna-se “em parte fonte de aquisição”, mas sim comunidades isoladas que trocam os seus excedentes, tornando com o tempo a troca constante. Mas, no duplo significado do conceito de circulação simples, a ideia exposta é a mesma. No “intercâmbio como criador de valor de troca” desenvolvem-se as diferentes determinações do dinheiro, donde se desenvolve a circulação de capital, primeiro como capital comercial, que depois invade a esfera da produção e a submete – a passagem para o “trabalho como criador de valor de troca”. A apresentação dialética das categorias deve ser lida então como comprovação metodológica de que a riqueza social – natural, sem plano consciente – poderia desenvolver-se apenas nessa forma alienada, mas que esse desenvolvimento chegaria por fim a um ponto em que a relação de capital se apresentaria só como entrave:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, quer dizer, o trabalho social posto sob a forma da oposição entre capital e trabalho assalariado – é o desenvolvimento

último [itálico de Helmut Reichelt] da *relação de valor* e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua a ser – a massa de tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. Mas na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva depende menos do tempo de trabalho [...] do que do poder da força impulsionadora que é posta em movimento durante o tempo de trabalho [...] (Marx, 1857/58, p.600)

A ideia do ponto culminante como o “último estágio de desenvolvimento da propriedade privada” é concretizada como “desenvolvimento último da relação de valor” que se revela agora só um entrave.

O roubo de tempo de trabalho alheio sobre o qual se apoia a riqueza atual aparece como base miserável frente à recém desenvolvida, criada pela grande indústria. Tão logo o trabalho sob forma imediata deixe de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a medida [...] o trabalho excedente das massas deixou de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza geral. (ibidem, p.601)

Como já destacado, toda a construção do *Rohentwurf*, cuja apresentação não pode ser separada das expectativas de Marx com a revolução, pressupõe um conceito de dinheiro não fundamentado precisamente, mas concebido de forma dialética, e do qual se desenvolvem todas as demais categorias. Assim, é sob esse aspecto que também a teoria do valor trabalho deve ser discutida. Pois o duplo significado do conceito de circulação simples – e a importante diferença entre intercâmbio criador de valor de troca e trabalho criador de valor de troca – adverte para um outro modo de fundamentação do valor do trabalho. Que Marx tinha justamente isso em vista, pode ser deduzido do *Rohentwurf*.

Na produção, não se trata apenas da simples determinação de preço, isto é, da tradução do valor de troca das mercadorias em uma unidade comum, mas da criação de valor de troca, ou seja, também da criação da *determinidade* (*Bestimmtheit*) dos preços. *Não apenas da simples posição da forma, mas do conteúdo* [itálico de Helmut Reichelt]. Por isso, quando o dinheiro aparece na circulação simples como algo produtivo em geral, na medida em que a própria circulação em geral é um momento do sistema de produção, essa determinação ocorre apenas *para nós*, ainda não *posta* no dinheiro. (ibidem, p.146)

Aqui não se indaga como “esse conteúdo assume aquela forma”, mas no contexto da apresentação dialética esse conteúdo mesmo deve desenvolver-se como conteúdo dessa forma.

A diferença entre circulação simples e circulação mediada corresponde, como já foi mencionado, à diferença entre intercâmbio criador de valor de troca e trabalho criador de valor de troca. No intercâmbio criador de valor de troca desenvolvem-se as primeiras categorias (como formas de intercâmbio); supõe-se que as coisas trocadas são produtos do trabalho, mas o trabalho – na medida em que apenas seja trocado – não tem significado econômico (depois analisaremos o problema da grandeza do preço). Apenas na passagem para o capital e no desenvolvimento da categoria lucro é que o trabalho adquire significado econômico: pois a categoria lucro (incluindo juros) coloca a pergunta sobre de onde vem a riqueza que é acumulada sob essa forma. A primeira resposta foi a oferecida pelo mercantilismo: a riqueza deve ser remetida a um saldo comercial positivo, ou seja, à troca. Essa resposta constitui um importante elemento de ligação na argumentação de Marx, pois levanta outro enigma: da troca generalizada resulta um jogo de soma-zero, não podendo haver lucro algum. Isso tem consequências tanto para a prática do capital, como também para a teoria econômica. O capital tem necessidade de propagar-se na esfera da produção e de submetê-la, uma vez que comanda o trabalho e o obriga a um mais-trabalho. A teoria reflete esse processo, mesmo que reconheça a verdadeira origem da riqueza apenas lentamente. Assim, Marx já na *Introdução* resume:

O trabalho parece ser uma categoria bem simples. Também a ideia sobre ele, em sua generalidade – simplesmente enquanto trabalho –, é muito antiga. Entretanto, concebido nessa simplicidade econômica, o “trabalho” é uma categoria tão moderna quanto as relações geradas por essa simples abstração. O sistema monetário, por exemplo, coloca a riqueza de forma inteiramente objetiva, como coisa exterior a si no dinheiro. Frente a esse ponto de vista, foi um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial tirou a fonte da riqueza do objeto e colocou na atividade subjetiva – o trabalho comercial e manufatureiro –, mas ainda compreendendo essa mesma atividade em sua limitação de geradora de dinheiro. Frente a esse sistema está o fisiocrático, que coloca uma determinada forma de trabalho – a agricultura – como criadora de riqueza, e o próprio objeto não aparece mais sob a roupagem do dinheiro, mas como produto, como resultado geral do trabalho. Produto esse entendido, dentro ainda da limitação da atividade, como sendo determinado pela natureza – produto agrícola, produto da terra *par excellence*.

Adam Smith logrou um imenso progresso ao descartar toda determinidade da atividade geradora de riqueza – trabalho enquanto tal, nem o trabalho manufatureiro, nem o comercial, nem o agrícola, mas tanto um como os outros.

Com a generalidade abstrata da atividade que cria riqueza, obtém-se também a generalidade do objeto definido como riqueza, produto enquanto tal e, novamente, trabalho enquanto tal, porém trabalho pretérito, objetivado. O quanto foi difícil e grandiosa essa passagem, revela-se pelo fato de que o próprio Adam Smith, de tempos em tempos, recai novamente no sistema fisiocrático [...]. (ibidem, p.38)

Implicitamente, fica claro por que Marx no *Rohentwurf* não se empenhou muito em desenvolver uma incontestável dedução metódica da forma dinheiro. Não era necessária nenhuma grande investigação para mostrar que o dinheiro resulta da troca, mas sim para mostrar que do dinheiro, enquanto a primeira forma de riqueza, desenvolve-se o capital como relação de produção capaz de atrair e aumentar a riqueza, enfim, de constituí-la. Desse modo, a sua fonte real torna-se cada vez mais conhecida pela teoria.

Nesse contexto, deve-se discutir também o significado do conceito de trabalho criador de valor de troca. O trabalho criador de valor de troca para Marx é sempre trabalho criador de riqueza, que sob a égide da propriedade privada sempre resulta em mais-trabalho. A sua caracterização do trabalho moderno como sendo trabalho abstrato, como “trabalho *sans phrase*”, que só no presente se tornou “verdadeiro na prática” (ibidem, p.39), baseia-se no mais-trabalho industrial. No contexto da apresentação da transição dos processos de produção, esse trabalho, que a época moderna “tornou verdadeiro na prática”, também é reproduzido pela teoria e “posto” no desenvolvimento enquanto tal das categorias. “Esse ponto [...] já [está] posto aqui [...] na própria relação”; o conceito correlato implícito na apresentação, a saber, a “verdade teórica” do trabalho, “nas definições abstratas de valor de troca, circulação, dinheiro, [entra] ainda mais na nossa reflexão subjetiva” (ibidem, p.219).

Uma vez que apenas equivalentes são trocados, não surge riqueza, ou mais precisamente: nenhuma riqueza autonomizada frente aos trabalhadores. Somente com a categoria de lucro, e também de juros, a riqueza surge como produto do mais-trabalho, mas como essas formas não são decifráveis, o “conteúdo dessas formas” não é descoberto – pelo menos nos seus estágios iniciais. Ele deve ser pressuposto também no interior da apresentação como sendo apenas “em si” ou “para nós”: ele “entra em nossa reflexão subjetiva”.

Indiferente se “em si” ou “posto”, o conceito de trabalho criador de valor de troca é, de todo modo, uma definição provisória e não resolve o problema de como conceber o “conteúdo dessas formas”. Ele fica mais claro ao longo da tematização por Marx da contraposição entre trabalho e capital no *Rohentwurf*, em que é descrito o caráter desse trabalho “que se tornou verdadeiro na prática”. Em conformidade com a sua apresentação dialética das categorias, Marx procura desenvolver dialeticamente também o conceito de trabalho, de forma análoga ao conceito de capital, enquanto totalidade e abstração.

O último ponto sobre o trabalho para o qual se deve chamar a atenção é que ele, tal como se defronta ao capital, é o valor de uso contraposto ao dinheiro posto pelo capital, não é este ou aquele trabalho, mas *trabalho simplesmente*, trabalho abstrato; absolutamente indiferente em relação à sua particular *determinidade* (“*Bestimmtheit*”), mas capaz de toda determinação (“*Bestimmung*”). (ibidem, p.218)

Assim como o dinheiro – enquanto capital – em contínua mudança de forma (na sua circulação) mostra-se como algo geral, o um entre os muitos que pode ser

esse ou aquele, e do mesmo modo ser não esse nem aquele; assim também deve ser pensado o trabalho contraposto ao capital.

A substância particular em que consiste determinado capital deve naturalmente corresponder a trabalho como algo particular; mas como o capital *enquanto tal* é indiferente a cada particularidade de sua substância, e é tanto a totalidade como a abstração de todas as suas particularidades, igualmente o trabalho contraposto a ele tem em si, subjetivamente, a mesma totalidade e abstração. (idem)

A última parte da frase é plena de consequências. Marx enfatiza que isso ocorre somente na sociedade industrial e não no

trabalho de guildas, no das manufaturas, por exemplo, em que o próprio capital ainda conserva uma forma acanhada, não mergulhou completamente em substância determinada, ou seja, não é ainda *capital enquanto tal*, [e] [...] nem o trabalho aparece mergulhado em sua determinidade; na totalidade e abstração, como o trabalho que se contrapõe ao capital. Quer dizer, o trabalho é em cada caso algo determinado; mas o capital pode contrapor-se a cada trabalho determinado; a totalidade de todos os trabalhos encontra-se frente a ele *δυναμει*¹⁷ em qualquer momento e é uma casualidade a qual deles se contrapõe no momento. (idem)

Marx argumenta da perspectiva do capital em geral, que supõe a “uniformidade”, isto é, o duplo caráter de todos os capitais individuais – cada indivíduo é unidade do geral e do particular. Mas isso vale também para o trabalho? Marx postula que o trabalho contraposto ao capital teria “subjetivamente a mesma totalidade e abstração em si”, e fundamenta isso mostrando a mudança do trabalho tão logo se incorpora no processo de produção capitalista.

Por outro lado, tanto faz em absoluto para o trabalhador a determinidade do seu trabalho; como tal, ela não lhe interessa, só na medida em que é *trabalho* em geral e, enquanto tal, valor de uso para o capital. Portador de trabalho enquanto tal, isto é, do trabalho como *valor de uso* para o capital, é isso que constitui o seu caráter econômico; ele é trabalhador em oposição ao capitalista. Esse não é o caráter do artesão, dos membros das guildas etc., cujo caráter econômico reside precisamente na *determinidade* do seu trabalho e da sua relação frente a um *determinado mestre* etc. Essa relação econômica – o caráter que o capitalista e o trabalhador portam como os extremos de uma relação de produção – desenvolve-se mais pura e adequadamente quanto mais o trabalho perde qualquer caráter de arte. A sua habilidade

17 Em grego no original de Marx: em potência. (N. R.)

especial torna-se cada vez mais algo abstrato, indiferente, mais e mais *pura atividade abstrata*, puramente mecânica, por isso indiferente à sua forma particular de atividade; simples atividade *formal* ou, o que dá no mesmo, atividade meramente *material*, genérica, indiferente à forma. (ibidem, p.218 et seq.)¹⁸

Aqui duas ideias estão colocadas em uma única. A genuína definição dialética do capital, enquanto totalidade e abstração, pressupõe a autonomia do valor que se mantém como algo geral no processo de circulação, seja em unidade imediata com a mercadoria particular, seja sob a forma de dinheiro. Essa é a condição de possibilidade para um conceito de capital social conjunto pleno de sentido macroeconômico. O conceito correlato, de um trabalho social conjunto, Marx introduziu na segunda edição, como vimos, mas ele só pôde apreendê-lo como unidade com a ajuda de um conceito de validade que não pode ser formulado sem recorrer ao processo de circulação. “Entretanto, o trabalho que forma a substância do valor é força de trabalho humana igual. O conjunto da força de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, aqui *vale* como *uma e mesma* força de trabalho humana, embora consista de muitas forças de trabalho individuais” (Marx, 1872, p.53). Mas a força de trabalho individual demonstra o mesmo duplo caráter de totalidade e abstração que caracteriza cada capital singular? Isso é assegurado por Marx – “subjektivamente [o trabalho tem] a mesma totalidade e abstração em si”, portanto, “não este ou aquele trabalho, mas o *trabalho simplesmente*, trabalho abstrato [...] absolutamente indiferente frente à sua particular *determinidade*, mas capaz de toda determinação” (Marx, 1857/58, p.218). Mas a sua escolha de palavras diz algo diferente. O conceito dialético de trabalho como totalidade, como unidade dos muitos, é de novo retomada na expressão “trabalho simplesmente”, “trabalho abstrato”, que mesmo em sua figura mais abstrata continua sendo trabalho material-concreto – ou seja, “atividade puramente mecânica [...] simplesmente *formal* ou, o que dá no mesmo, meramente *material*, atividade enquanto tal” (idem).

Marx projeta a qualidade específica da generalidade em processo, percorrida pelo valor na contínua mudança de forma enquanto capital, para o interior do trabalho vivo: o trabalhador, qualquer trabalhador, deve equiparar-se a essa generalidade abrangente; mas isso permanece uma analogia formal. O que Marx não vê é que primeiro vem a objetividade (*Gegenständlichkeit*) de conceito objetivo (*objektiv*); depois, o movimento mesmo, mas executado de forma consciente – como no exemplo de Robinson. Ele procura um conceito dialético de trabalho como complemento para o conceito dialético de capital; de fato, porém, ele já se encontra

18 Imediatamente segue a ideia da “verdade tornada prática”, que nós conhecemos do capítulo sobre o método: “Aqui se mostra de novo como a particular determinidade da relação de produção, da categoria – capital e trabalho – só é verdadeira com o desenvolvimento de um *modo de produção específico*” (Marx, 1857/58, p.219).

a caminho da concepção do duplo caráter do trabalho. Pois a atividade “abstrata, simples, material” que – mesmo entendida de forma sublimada – continua sendo trabalho concreto-físico: e inclusive se em todos os trabalhos concretos existirem “partes” que sejam “comuns a todos”, diferenciando-se na abstração formal como “gasto de cérebro, músculo, nervo”, ele não adquire por isso nenhuma “suprassensibilidade” como substância subjacente à unidade social.

Como deveria então ser concebido um conceito dialético de trabalho que corresponda ao programa marxiano do *Rohentwurf*? Ele deve ser desenvolvido como “conteúdo da forma”, que de antemão – enquanto forma surgida do intercâmbio criador de valor de troca – engendre, porém, seu próprio conteúdo, como trabalho criador de valor de troca. Ao mesmo tempo, ele deve corresponder às exigências desenvolvidas até agora: a forma é concebida como algo válido (e não como coisa), ou seja, também o conceito de trabalho deve ser desenvolvido no contexto desse conceito de validade. Com isso, poderia ser resolvido igualmente o programa macroeconômico que Marx só pode formular sempre se referindo ao “conteúdo da forma”.¹⁹

Lembremo-nos da argumentação de Marx e das premissas das quais partimos no desenvolvimento da forma dinheiro. Marx fala de coisas que “aqui não [são] mercadorias antes da troca, mas [...] apenas por meio dela”; entretanto, ele precisa: essas coisas são produtos e a troca é “troca direta de produtos”. São produtos de trabalho, portanto, trocados por outros produtos – produtos de trabalhos particulares – como excesso de produção.

Isso significa, porém, que o trabalho particular gerador dessa “terceira mercadoria” vale como trabalho geral no interior da equiparação, na qual essa forma natural vale como forma da conversibilidade imediata e generalizada. Por seu turno, os muitos produtos de trabalhos particulares valem como particularizações de um trabalho comum na sua equiparação. Não apenas os produtos, mas também o próprio trabalho que lhe dá origem torna-se nesse processo de equiparação – movimento que corre no sentido contrário àquele em que é pensado – a particularização do geral, dos muitos em um; em oposição ao trabalho particular da “terceira mercadoria”, que só vale como trabalho geral, e assim, como o um dos muitos, torna-se unidade dos muitos trabalhos particulares. A forma dinheiro – supondo que o ouro é o que vale como forma da permutabilidade generalizada e imediata – é ao mesmo tempo um montante: então o montante de ouro vale como um montante de dinheiro. O trabalho produtor de ouro produz igualmente um

¹⁹ “O trabalho humano abstrato é dispêndio de força de trabalho humana, mas a força de trabalho humana aqui *vale* [itálico de Helmut Reichelt] apenas como parte da força de trabalho social e por isso a medida de seu dispêndio não pode ser encontrada na força de trabalho individual, mas nas relações em que ela atua como parte integrante da força de trabalho social” (Marx, 1872, p.31). Marx afirma de maneira ainda mais clara na versão definitiva dessa frase na segunda edição: “O conjunto da força de trabalho da sociedade que se apresenta nos *valores do mundo das mercadorias* aqui *vale* como *uma e a mesma força de trabalho humano*” [itálico de H.R.].

montante de dinheiro, e na equiparação ocorre a inversão na qual todos os trabalhos particulares “equivalem” ao geral, apresentando-se apenas como particularizações desse trabalho. Que Marx tinha em vista tal situação, pode depreender-se de uma formulação de *Para a crítica*:

O tempo de trabalho que se apresenta no valor de troca é tempo de trabalho do indivíduo, mas do indivíduo sem diferença para com os demais indivíduos, para com todos os indivíduos, na medida em que realizam trabalho igual [...] isso é uma *grandeza social* [o produto, H. Reichelt] apenas na condição de *grandeza comum* [...] É como se os diferentes indivíduos tivessem juntado seu tempo de trabalho e apresentado em diversos valores de uso os diferentes quantas do tempo de trabalho posto socialmente à sua disposição. De fato, o tempo de trabalho do indivíduo é o tempo de trabalho que a sociedade necessita para apresentar um valor de troca determinado. (Marx, 1859, p.19 et seq.)

Daqui é apenas um passo para a fundamentação de reflexões macroeconômicas: suponhamos (com Marx) que a concorrência domine somente no capitalismo e que só com isso ocorra também uma permanente redução a tempo de trabalho socialmente necessário; então, não apenas um montante de ouro vale de imediato como um montante de dinheiro, e um montante maior de ouro, um montante maior de dinheiro, mas tempo adicional de trabalho empregado – “mais-tempo de trabalho” – produz um montante de ouro adicional e quanto mais ouro produz, precisamente o equivalente a ouro, maiores serão também os montantes de valor.

Mas o que significa aqui montante de valor? Com isso não caímos de volta na terra de ninguém macroeconômica dos economistas e nos movemos em um mundo de conceitos não explicados, tal como correntes de valor, volumes de valor, massas de valor? A “gelatina” de Marx, como cristalização de trabalho humano abstrato – o “dispêndio de cérebro, músculo, nervo” foi criticado como algo metafórico, no qual a representação do valor é apresentada como conceito de valor: uma vez que abstraia de todo o trabalho concreto, portanto, também do tempo de trabalho médio necessário para a produção de um valor de uso, o teórico fica com um montante abstrato de trabalho, tempo de trabalho geral objetivado. Esse “resultado da abstração” deve se dar, caso se pressuponha (com Marx) um valor pré-monetário.

Na ciência econômica, permanece sem explicação com qual significado essas palavras devem ser relacionadas. Pois, caso se fale de montantes de valor, isso implica um múltiplo de uma unidade. Mas de qual unidade se trata? Da não explicada “unidade de valor” da moeda? Como o enigma não pode ser decifrado, ele foi banido do universo do discurso econômico – mas é reintroduzido, de maneira incógnita, sob a inofensiva expressão unidade de conta.²⁰

20 Ver Joseph A. Schumpeter: “não há pista alguma de qualquer derivação ou fundamentação [do uso do dinheiro como unidade de conta, H.Reichelt]” (Schumpeter, 1954, p.206).

Do mesmo modo, não se pode renunciar ao emprego dessa expressão. E quando seu uso é fundamentado, ele é legítimo e pleno de sentido. Ele é fundamentado, quando sua gênese é decifrada: enquanto representação, originada do processo de “posição da equivalência”, de um valor intrínseco, existente objetivamente, dos objetos trocados que se expressa como “dinheiro”. Enquanto montante de valor, ele indica a equivalência do trabalho particular, reduzido pela concorrência contínua a tempo de trabalho socialmente necessário; como tal ele está na base da macroeconomia, forma o pressuposto de uma “adição de massas de valor” para formar a unidade do produto social.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Gesammelte Schriften – Band 8, Soziologische Schriften I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972.
- BIDET, Jacques. “The Dialectician’s Interpretation of Capital on Christopher Arthur: The New Dialectic and Marx’s Capital”. In: *Historical Materialism*, v.13, 2005.
- FRIEDRICH, Horst. *Hegels “Wissenschaft der Logik”: Ein marxistischer Kommentar*. Berlin, 2000.
- GÖHLER, Gerhard. *Die Reduktion der Dialektik durch Marx: Strukturveränderungen der dialektischen Entwicklung in der Kritik der politischen Ökonomie*. Stuttgart, 1980.
- HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. 2a. Münster: Westfälischer Dampfboot, 1999.
- MARX, Karl. “Ökonomisch-philosophische Manuskripte”. In: *MEW (Marx Engels Werke)*, v.40. Berlin, 1844.
- _____. “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie: Rohentwurf”. In: *MEW*, v.42. Berlin, 1857/58.
- _____. “Zur Kritik der Politischen Ökonomie”. In: *MEW*, v.13. Berlin, 1859.
- _____. “Briefe an Engels”. In: *MEW*, v.30. Berlin, 1861.
- _____. “Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie”, v.1. In: *MEGA II*, 6. Berlin, 1862.
- _____. “Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie”, v.1. In: *MEGA II*, 5. Berlin, 1867.
- _____. “Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie”, v.1. In: *MEW*, v.23. Berlin, 1872.
- _____. “Das Kapital”, v.3. In: *MEW*, v.25. Berlin, 1894.
- _____. Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, *Das Kapital* und Vorarbeiten. Berlin, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Briefe”. In: *MEW*, v.29. Berlin, 1858.
- MEANEY, Mark E. *Capital as Organic Unity: The Role of Hegel’s Science of Logic in Marx’s Grundrisse*. Londres, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Dogmenhistorische und biographische Aufsätze*. Tübingen, 1954.
- SEKINE, Thomas T. *The Dialectic of Capital: A Study of the Inner Logic of Capitalism*. York University, 2v., 1983.
- _____. *An Outline of the Dialectic of Capital*. Suffolk, 2v., 1997.

Que método Marx ocultou?

HELMUT REICHELT

Resumo: O texto aponta as dificuldades inerentes ao conceito de valor derivado por Marx do trabalho abstrato – o desacordo entre a definição social e a definição física desse trabalho – quando não são levadas em conta categorias metodológicas que Marx mesmo teria ocultado, entre a redação dos *Grundrisse* e de *O capital*, no afã de afastar-se do idealismo de Hegel. A explicitação desse pressuposto oculto, contudo, é a única forma de tornar plausíveis os conceitos básicos de trabalho abstrato e de valor.

Palavras-chave: Método oculto, Apresentação categorial, Hegel, Trabalho abstrato, Valor.

Abstract: The text indicates difficulties inherent to the abstract labour deduced concept of value in Marx – the disagreement between the social and the physical definitions – if not taken into account methodological categories concealed by Marx himself, during the interval of writing *Grundrisse* and the *Capital*, in the effort of avoiding idealism. Exposition of this hidden ground however is the only way for making plausible the basic concepts of abstract labour and of value.

Keywords: Hidden method, Categorical presentation, Hegel, Abstract labour, Value.

Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual

JOÃO MACHADO BORGES NETO

Resumo: Ruy Mauro Marini foi um dos principais autores da Teoria da Dependência, que procurou desenvolver uma compreensão da realidade latino-americana contraposta às concepções desenvolvimentistas. Há hoje uma retomada dessas concepções, ainda que limitada, o que dá à discussão dos temas tratados por Marini e por outros autores um grande interesse. Esse artigo busca ampliar a discussão de um desses temas: o do intercâmbio desigual. Com esse objetivo, situa essa questão no quadro mais amplo da teoria do valor de Marx.

Palavras-chave: Dependência, Marini, Intercâmbio desigual, Teoria do valor.

Abstract: Ruy Mauro Marini was one of the main authors of the “Theory of the Dependence”, a theory that tried to develop an understanding of the Latin-American reality opposed to the conceptions “desenvolvimentistas”. There is a revival of these conceptions today, although limited, what gives to the discussion of the themes treated by Marini and others a great interest. This article looks for the enlargement of the discussion of one of